

Documentação

Fonte: OESP (Notas e Impres)

Data: 25/10/2003 Pg 43

Class: RHM R. 0051

falha na legislação existente. O Departamento de Uso do Solo Metropolitano (Dusm), buscando eficiência no seu trabalho, concentra suas ações de fiscalização, nas frentes de expansão irregular, nos vetores de crescimento urbano, agindo integrado com as prefeituras e as Polícias Ambiental e Civil. Logo, não é o número de fiscais que garante maior eficiência da fiscalização, como sugere o editorial. O Dusm desenvolve também ações preventivas, com o emprego de helicóptero, geoprocessamento e equipes em terra, sobretudo em áreas mais suscetíveis a novas ocupações irregulares. Quanto à afirmativa do secretário José Goldemberg, destacada no editorial, reiteramos que o licenciamento feito pelo Estado oferece segurança, por se tratar de licenciamento em que são analisados diversos parâmetros técnicos, tais como florestais, urbanísticos de uso e ocupação de solo e de saneamento (esgoto, lixo), constantes das várias legislações aplicadas pela Cetesb, pelo Dusm e pelo Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, de forma a garantir uma ocupação adequada à proteção dos mananciais. A elaboração das leis específicas não são demoradas por vontade do Estado. Trata-se de processo de que participam todos os atores envolvidos na bacia hidrográfica em questão, de forma a

garantir que a lei a ser aprovada reflita o interesse da coletividade. **J. Alberto Pereira** (sma.josep@cetesb.sp.gov.br), assessor de Comunicação da SMA, São Paulo

N. da R. – Em maio de 2002 o diagnóstico socioambiental da bacia hidrográfica da Represa Billings, realizado por órgãos do governo e ONGs, revelou que entre 1992 e 2002 a urbanização na região da represa aumentou 31,7% – e 45% desse aumento ocorreu onde havia sérias restrições ambientais. Entre setembro de 1999 e novembro de 2000, conforme dados do Instituto Socioambiental (ISA), a Billings perdeu 6,6% da sua cobertura vegetal nativa. Em 1999, ambientalistas também provaram que ocorriam duas novas invasões de área por dia às margens da represa. Na oportunidade, o Ministério Público Estadual acusou o governo estadual de omissão. Portanto, as ações de fiscalização a que se refere o assessor da SMA parecem estar longe de trazer resultados positivos. Os dados comprovam a falta que faz um bom quadro de fiscais na região.

Billings e fiscalização

Em relação ao editorial *Billings ameaçada* (18/10, A3), temos a esclarecer que o governo do Estado desenvolve, desde 1995, ações visando à proteção de seus mananciais, como nunca foram realizadas até então. Graças aos esforços da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), em parceria com as prefeituras e outros órgãos públicos, os índices de invasão foram reduzidos e o quadro de ocupações que temos hoje é o acúmulo do passado, quando era prática o incentivo às invasões, até por